

# Perfeccionismo

Maria Clara Dias

Centro de Ética e Filosofia da Mente/UFRJ

## **1 DEFINIÇÃO:**

Por perfeccionismo compreende-se, em linhas gerais, uma perspectiva moral que busca responder à indagação acerca do que seja uma boa vida, reconhecendo, como ponto de partida, que pelo menos algumas atividades, capacidades ou formas de relação humanas possuem um valor não instrumental por razões que independem dos estados mentais atuais ou potenciais do agente (Sher, 1997). Ao contrário dos subjetivistas que reconhecem o indivíduo como fonte última de valor, ou seja, que acreditam que algo seja valorado apenas porque os indivíduos o elegem, perfeccionistas irão defender que os indivíduos elegem certas coisas porque as reconhecem como independentemente valoradas, ou seja, como possuindo um valor não-instrumental. Perfeccionistas alocam, portanto, a fonte de certos valores fora da subjetividade, o que em outras palavras significa, sustentar a objetividade dos mesmos. A fonte de tais valores será então buscada em certos fatos sobre a sociedade ou em certas capacidades fundamentais inerentes a todos os seres humanos.

## **2 PERFECCIONISMO E COMUNITARISMO:**

Perfeccionismo e comunitarismo são perspectivas morais voltadas para uma concepção de bem ou de boa vida. A peculiaridade da perspectiva comunitarista consiste em sustentar a tese de que a identidade de um indivíduo e, por conseguinte, sua própria concepção de bem, está determinada pela cultura da sociedade a qual pertence. Neste sentido, a concepção do que seja a boa vida não dependeria do que o sujeito deseja, escolhe ou compreende, mas da cultura e das tradições a partir das quais seus desejos, escolhas e compressões são moldados. A comunidade cultural, e não o indivíduo, deveria ser então reconhecida como a unidade mínima da moral.

Se os perfeccionistas estiverem certos em recusar a tese comunitarista e, por conseguinte, em recusar que nossa indagação acerca do que devemos compreender como uma boa vida, possa ser reduzida a uma mera investigação dos valores na nossa cultura, então terão que se confrontar com um outro modelo de investigação, a saber: a perspectiva subjetivista.

### **3 PERFECCIONISMO E SUBJETIVISMO:**

Perfeccionistas acolhem a premissa subjetivista segundo a qual os elementos relevantes para o reconhecimento do que seja uma boa vida estão relacionados ao sujeito, ou seja, à estrutura psicológica daquele que desempenha o papel de agente. A aceitação de tal premissa não os compromete, contudo, com os demais ônus de uma perspectiva subjetivista. Para sustentar tal afirmação, vejamos agora quais são os principais atrativos do subjetivismo e como a perspectiva perfeccionista pretende fazer jus aos mesmos.

O principal atrativo da perspectiva subjetivista parece consistir em (i) estabelecer uma relação direta entre valor e motivação e em (ii) fornecer uma explicação do como as coisas se tornam valoradas. De acordo com essa perspectiva podemos dizer que algo é valorado se: (1) promove ou satisfaz os desejos do indivíduo; (2) se promove ou satisfaz os desejos do indivíduo bem informado; (3) se promove ou satisfaz os desejos de outras pessoas bem informadas. Em qualquer das três interpretações, nossos desejos ou escolhas conferem valor aos objetos.

Aceita a relação entre valor e motivação, vejamos agora quais seriam as lacunas da explicação subjetivista. A primeira consiste em não ser capaz de determinar precisamente de que forma o estado motivado se relaciona à motivação. Poderíamos sempre supor que a verdadeira fonte de motivação de um estado não seja aquela apontada na explicação. Na tentativa de fornecer uma comprovação empírica de tal relação, os subjetivistas são obrigados a considerar apenas motivações ou desejos atuais ou presentes. Com isso, sua explicação se torna incapaz de esclarecer escolhas passadas e de lançar algum esclarecimento sobre escolhas futuras. A consequência é uma explicação incapaz de dar conta da noção de sujeito, como aquele capaz de eleger algo para sua identidade qualitativa como resposta a sua própria história pessoal. Mas ainda que pudéssemos trabalhar com um conceito de sujeito tão simplificado como o que se adequa ao modelo proposto, ou seja, como o de mero portador de estados motivados presentes, teríamos que abdicar da pretensão de passar da explicação da motivação em um indivíduo determinado para a explicação da motivação dos demais indivíduos.

Para preencher tais lacunas explicativas, torna-se necessário introduzir a noção de um desejo impessoal, capaz de superar (i) a barreira das motivações atuais - permitindo lidar com uma visão bem mais complexa da psicologia humana ou

da formação da identidade individual- e (ii) os limites do próprio indivíduo - permitindo estender a explicação aos demais indivíduos. Este passo é assumido pela perspectiva perfeccionista, o que faz com que muitas vezes recaia sobre a mesma o rótulo de metafísica. Perfeccionistas deverão então arcar com o ônus de mostrar que é possível justificar a aceitação de um desejo impessoal, universal, sem recurso a pressupostos metafísicos.

Ao postular um desejo impessoal, o perfeccionismo propõe um esclarecimento (i) da relação entre valor e motivação e (ii) do modo como as coisas se tornam valoradas. O desejo impessoal promove valor e as coisas valoradas são em si mesmas origem da motivação. Com isso, o perfeccionismo irá fundamentar o valor de certas atividades e excelências em certos “desejos”, fins ou metas comuns à espécie humana. Em um segundo nível, no entanto, a impossibilidade de comprovar uma relação interna entre as coisas boas e o impulso para perseguí-las fará com que a relação entre ambos seja assumida como contingente.

## 4 VARIACÕES:

O perfeccionismo apresenta ao longo da história uma série de variações. Vejamos agora aos principais pontos de divergência.

Para alguns autores certas propriedades seriam intrinsecamente valoradas. Uma propriedade deste tipo seria, por exemplo, tal como sugere Thomas Hurka (1993), a de ser parte essencial da natureza humana ou, como sugere Robert Nozick (1981), a de possuir um certo grau de unidade orgânica. A dificuldade, no primeiro caso, estaria em sermos capazes de determinar o que é, em si mesmo, ou seja, de modo não teleológico, essencial à natureza humana. No segundo caso, estaria em justificar por que a posse de um certo grau de unidade orgânica deve ser considerado, em si mesmo, um valor, ou seja, um valor intrínseco. Se a eleição desta propriedade entre outras depender de uma escolha, então teremos abandonado a própria noção de valor intrínseco e com ela uma perspectiva não-teleológica.

A alternativa imediata consiste na adoção de uma perspectiva teleológica. De acordo com tal perspectiva certos elementos são reconhecidos como possuindo valor por estarem relacionados a certos fins. Caberá então investigar que tipo de fins objetivos, já que foi abandonada a perspectiva subjetivista, se relacionam às coisas que supomos valoradas. Neste ponto pelo menos dois candidatos merecem destaque: fins que são essenciais à espécie humana (Aristóteles) e fins do processo evolutivo (Herbert Spencer). Mais uma vez, caberia, no primeiro caso, provar que certos fins são essenciais à natureza humana, o que sem uma teoria acerca da própria natureza humana não parece possível. No segundo caso, a eleição de um fim que não seja objeto de deliberação por parte do sujeito, ou seja, que o agente não possa reconhecer como seu, faz com que o mesmo não possa ser reconhecido

como relacionado à pergunta pela boa vida, entendida como uma indagação acerca do tipo de vida que elegemos ou queremos viver. O candidato adequado deverá portanto satisfazer duas condições: (i) estar relacionado ao sujeito e, ao mesmo tempo, (ii) manter para com o mesmo a distância necessária para exercer o papel de instância crítica de sua própria vida.

Em linhas gerais, se aceitamos fixar as bases da moralidade numa compreensão, ainda que minimalista, da natureza humana, estamos assumindo uma perspectiva naturalista. Se através da própria moralidade visamos realizar e expandir em sua plenitude as capacidades que exprimem essa natureza, estamos assumindo um perfeccionismo moral. Se supusermos que nossas formas de organização política e social devam ser dirigidas por este mesmo ideal, estaremos finalmente assumindo o perfeccionismo político. Como parece não fazer sentido eleger um ideal e não desejar que o mesmo possa refletir em nossas organizações sociais, perfeccionismo moral e político tornam-se, na prática, idéias complementares.

## **5 PERFECCIONISMO POLÍTICO E SEUS CRÍTICOS:**

A adoção de um perfeccionismo político está portanto intimamente ligada ao reconhecimento público de um valor ou de uma concepção de bem. Neste sentido a perspectiva perfeccionista tem sido criticada por ferir um dos principais pilares da concepção moderna de estado, a saber: o princípio da neutralidade, caro a autores como Rawls, Dworkin e Larmore. Segundo tal princípio, o Estado deve permanecer neutro, isento, com relação a qualquer questão relativa à boa vida dos indivíduos. Não deve, assim, direta ou indiretamente sancionar ou promover qualquer concepção de bem. Pode-se, contudo, replicar que a defesa do neutralismo baseia-se ou bem no valor da autonomia individual, ou bem numa atitude prudencial frente ao poder do Estado ou ainda em um ceticismo diante da possibilidade de defendermos uma concepção específica de bem. A primeira alternativa já suporia uma escolha, ou seja, já comprometeria seus defensores com a visão de que a vida autônoma é um tipo de vida mais valorado do que uma vida em que a autonomia não possa ser exercida. Quem defende o neutralismo sob esta base não pode, portanto, recusar pelo menos um tipo de perfeccionismo, qual seja, aquele que reconhece a autonomia como um bem. A terceira alternativa, ou seja, o ceticismo com relação à possibilidade de justificarmos uma concepção de bem, não é capaz de justificar sequer a adoção de um princípio de neutralidade. Já a segunda alternativa pode ser descrita como um ceticismo diante do próprio poder do Estado. A busca de medidas preventivas, no entanto, supõe que haja algo que devemos preservar a qualquer custo. Não seria este “algo” mais uma vez a autonomia individual? Com isso resgatamos a tese perfeccionista de que a adoção de qualquer princípio de determinação do agir, quer atue sobre Estado, quer sobre os

indivíduos, supõe uma concepção de bem, ainda que a expressemos sob o signo da liberdade, do pluralismo ou da vida em uma sociedade estável e cooperativa.

## Referências

- [1] Aristóteles (sec. IV ac), *Nicomachean Ethics*, Indianapolis: Hackett Publishing Company (1985).
- [2] Dworkin, R. (1985), “Liberalism”, in *A Matter of Principle*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- [3] John Rawls, J. (1971), *A theory of Justice*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- [4] Haksar, V. (1977), *Equality, Liberty and Perfectionism*, Oxford: Oxford University Press
- [5] Hurka, Th. (1993), *Perfectionism*, New York: Oxford University Press.
- [6] Larmore, Ch. (1987), *Patterns of Moral Complexity*, Cambridge: Cambridge University Press.
- [7] Nozick, R. (1981), *Philosophical Explanations*, Cambridge, MA: Harvard University Press
- [8] Raz, J. (1986), *The Morality of Freedom*, Oxford: Clarendon Press.
- [9] Sher, G. (1997), *Beyond Neutrality: Perfectionism and Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- [10] Spencer, H. (1978), *The Principles of Ethics*, Vol. I, Indianápolis: Liberty Classics.